

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto ou indireto? Cash flows statement by the direct or indirect method?

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar, com base na literatura, o poder informativo dos métodos direto e indireto na apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Para alcançar tal objetivo foi realizada uma revisão da literatura contábil internacional sobre o tema, sem a pretensão de esgotar o assunto ou determinar o método ideal. A principal contribuição deste estudo é fomentar o debate em âmbito nacional quanto ao mérito da elaboração e apresentação da DFC pelo método direto. A partir da análise realizada, verificou-se que há evidências de que o método direto é o mais útil para a apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, com base na literatura internacional. Esse resultado vem ao encontro dos estudos realizados por Sabão (2012) e Hales e Orpurt (2013). Diante das evidências encontradas, entende-se que a flexibilização do método de apresentação da DFC deva ser amplamente debatida, pois pode ser recomendável que os órgãos normatizadores alterem a norma, de modo a prevalecer, apenas, a apresentação pelo método direto, o que pode aumentar a qualidade das informações contábeis divulgadas. Percebeu-se que, apesar de o FASB e o IASB incentivarem a utilização do método direto, não é frequente a apresentação da DFC por este método, com exceção de empresas da Austrália. Os preparadores reconhecem a utilidade do método direto, mas na prática, em sua maioria, adotam o método indireto, apesar das evidências de que os custos adicionais para elaborar a DFC pelo método direto não superam os benefícios.

Palavras chave: Demonstração dos Fluxos de Caixa. Método Direto. Método Indireto.

ABSTRACT:

The aim of this study is to analyze, based on the literature, the informative power of direct and indirect methods in the presentation of the Cash Flows Statement. In order to achieve this goal we carried out a review of the international accounting literature on the subject, not intending to exhaust the subject or determine the optimal method. The main contribution of this study is to foster debate in a national level on the substance of the preparation and presentation of the Cash Flows Statement by the direct method. From the analysis carried out it was verified that the direct method is the most useful for the presentation of the Cash Flows Statement, based on the international literature. This result is in line with the studies conducted by Sabão (2012) and Hales and Orpurt (2013). On the evidence found, it is understood that the flexibility of the Cash Flows Statement presentation method should be widely debated, because it may be recommended that the standard setting bodies change the standard, in order to prevail, only the presentation by the direct method, which can increase the quality of financial information disclosed. It was noted that despite the FASB and IASB encourage the use of the direct method, the presentation of the Cash Flows Statement is not frequent by this method, with the exception of companies in Australia. Preparers recognize the direct method usefulness, but in practice, mostly adopt the indirect method, despite evidence that the additional costs to develop the Cash Flows Statement by the direct method do not outweigh the benefits.

Keywords: Cash Flows Statement. Direct Method. Indirect Method.

Maria Elisabeth M. C. Andrade

Doutora em Ciências pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo – FEA/USP (2015). Mestre em Ciências na área Controladoria e Contabilidade (2010) pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia (FACIC-UFU).
Contato: Av. João Naves de Ávila, 2121, Santa Mônica, Uberlândia, MG, CEP. 38.408-100. E-mail: maria.elisabeth@ufu.br.

Denise Mendes da Silva

Doutora em Controladoria e Contabilidade pela FEA-RP/USP (2016). Mestre em Contabilidade pela FEA-RP/USP (2006). Especialização (MBA) em Controladoria e Finanças pela FUNDACE FEA-RP/USP (2004). Graduação em Ciências Contábeis pela FACEF (2001). Professora da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (FACIC-UFU).
Contato: Av. João Naves de Ávila, 2121, Santa Mônica, Uberlândia, MG, CEP. 38.408-100. E-mail: denise.mendes@ufu.br.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil as empresas apresentam, em sua maioria, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pelo método indireto. Como exemplo para essa afirmação, pode-se observar que nas demonstrações contábeis anuais, no período de 2010 a 2015, de todas as companhias abertas que fazem parte do segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, apenas uma empresa (Somos Educação S.A., anteriormente Abril Educação S.A.) apresentou a DFC pelo método direto. Uma possível explicação para este fato pode estar relacionada à obrigatoriedade de apresentação da conciliação do lucro líquido em nota explicativa, caso seja empregado o método direto, a qual é atendida na própria DFC se for utilizado o método indireto. Outra razão para a utilização do método indireto pode estar relacionada à percepção dos elaboradores das demonstrações contábeis de que tal prática é de mais fácil entendimento por parte dos usuários e de menor custo de elaboração, conforme destacam Salotti e Yamamoto (2007) e Macedo et al. (2011).

Salotti e Yamamoto (2007) salientam que o método indireto é menos dispendioso para ser elaborado, porém de difícil compreensão para os usuários que não possuem conhecimento contábil. Macedo et al. (2011) também corroboram essa afirmativa e argumentam que, apesar de ser mais complexo para o entendimento do usuário, o método indireto é mais fácil de ser elaborado.

A opção por um ou outro método de apresentação da DFC é permitida pela normatização contábil vigente. O item 18 do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – determina que o fluxo de caixa das atividades operacionais pode ser apresentado: (i) pelo método direto, no qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas; ou (ii) pelo método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010). Nesse sentido, as empresas podem escolher o método de sua preferência.

O normativo correlato emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), IAS 7 – Statement of Cash Flows, incentiva a utilização do método direto. O Financial Accounting Standards Board (FASB) também encoraja a elaboração da DFC pelo método direto.

Em julho de 2010, o IASB, em conjunto com o FASB, publicou o Staff Draft of an Exposure Draft on Financial Statement Presentation (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 2010). Esse documento evidencia o objetivo dos dois órgãos em melhorar a utilidade das demonstrações contábeis para os seus diversos usuários. Especificamente quanto à DFC, o draft expressa que as empresas devem apresentar o fluxo de caixa das atividades operacionais pelo método direto.

Na Austrália e na Nova Zelândia era exigida a elaboração da DFC pelo método direto, mas após a adoção do International Financial Reporting Standards (IFRS) em 2005, os dois países passaram, apenas, a incentivar a sua utilização. Entretanto, segundo Bond, Bugeja e Czernkowski (2012), somente nove empresas listadas na bolsa australiana mudaram a apresentação da DFC para o método indireto entre os anos de 2007 e 2009.

Assim, o debate acerca da utilização do método direto versus indireto para elaboração e apresentação da DFC foi reaberto. Quando das discussões para emissão dos normativos, em meados da década de 1980 e início da década de 1990, esse tema foi muito debatido e agora volta à tona.

No Brasil, as pesquisas sobre a DFC e seus métodos de apresentação são incipientes, muito provavelmente pelo caráter voluntário de sua divulgação antes da promulgação da Lei 11.638/2007, que tornou essa demonstração obrigatória em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) a partir de 2008, exceto para aquelas empresas com Patrimônio Líquido inferior a dois milhões de reais e empresas de pequeno e médio porte. Roza e Quintana (2012), em levantamento feito em 11 periódicos nacionais, encontraram apenas 3 artigos sobre a DFC entre 1.305 publicados no período de 2005 a 2009.

São poucos, também, os artigos nacionais que discutem os métodos de apresentação da DFC, como o estudo de Salotti e Yamamoto (2007), publicado antes mesmo da obrigatoriedade de divulgação da DFC imposta por lei, e de Scherer et al. (2012). As pesquisas nacionais focaram, essencialmente, as diferenças entre a DFC e a DOAR (SILVA; SANTOS; OGAWA, 1993; LUSTOSA, 1997; AMARAL; SANTIAGO, 2003; SALOTTI; YAMAMOTO, 2004; SIQUEIRA, 2010; MACEDO et al., 2011) ou outros temas relacionados, como a importância da DFC para análise financeira e tomada de decisão (ALVES; MARQUES, 2006; SANTOS; SANTOS; QUINTANA, 2009; BORGES; NUNES; ALVES, 2012), a divulgação voluntária da DFC (SALOTTI; YAMAMOTO, 2008) e a relação entre a DFC e a contabilidade criativa (LAMAS; GREGÓRIO, 2009).

Desse modo, este estudo tem por objetivo analisar, com base na literatura internacional, o poder informativo dos métodos direto e indireto na apresentação da DFC. Para alcançar tal objetivo foi realizada uma revisão da literatura contábil internacional sobre esse tema, sem a pretensão de esgotar o assunto ou determinar o método ideal.

A principal contribuição deste estudo é fomentar o debate em âmbito nacional quanto ao mérito da elaboração e apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método direto, tendo em vista a importância desse relatório contábil para diversos usuários (JONES; SHARMA; MOCK, 1998; BILLINGS; MORTON, 2002; FRINO; JONES, 2005). O estudo contribui, também, para a literatura nacional, dada a escassez de trabalhos que discutem a DFC propriamente dita e que demonstram as vantagens e desvantagens do método direto e indireto para a apresentação da DFC. Adicionalmente, uma análise e discussão do estado da arte sobre essa temática também contribui para a literatura, visto que a maioria das

pesquisas aborda a questão, apenas, de forma empírica, sem aprofundar nos aspectos conceituais, formais e práticos da metodologia de elaboração e apresentação da DFC.

2 ESTUDOS ANTERIORES

Os órgãos normatizadores em âmbito mundial buscam aperfeiçoar a utilidade das demonstrações contábeis. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, as informações contábeis precisam auxiliar na avaliação das perspectivas em termos de entrada de fluxos de caixa futuros para a entidade (CPC, 2011). Nesse sentido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa torna-se importante.

Conforme Jones, Sharma e Mock (1998) os advogados são favoráveis à DFC pela sua relativa simplicidade, objetividade e compreensibilidade. Billings e Morton (2002) afirmam que a DFC fornece informações incrementais para a análise dos riscos de créditos. Frino e Jones (2005) defendem que a DFC diminui a assimetria de informações entre os participantes do mercado de capitais.

Assim, é fato que a DFC é útil para os usuários das informações financeiras. A divergência diz respeito sobre qual método de apresentação do fluxo de caixa das atividades operacionais é mais útil, sendo este considerado o fluxo mais importante da DFC. A apresentação do fluxo de caixa das atividades de investimento e financiamento não se altera.

Segundo Krishnan e Largay III (2000), nos Estados Unidos, quando da aprovação da SFAS 95 – Statement of Cash Flows, em 1987, que permitiu a utilização tanto do método direto quanto do indireto para apresentação do fluxo de caixa das atividades operacionais na DFC, dois membros do conselho, Lauver e Swieringa, alegaram que, ao autorizar a utilização do método indireto, o órgão perdeu a oportunidade de fazer uma contribuição significativa para a qualidade da informação contábil. Na época da emissão da referida norma, diversos usuários da informação contábil, como tomadores de empréstimos, expressaram a preferência pelo método direto (MAHONEY; SEVER; THEIS, 1988).

Vários estudos evidenciaram que a apresentação da DFC pelo método direto aumenta o poder explicativo e a exatidão do fluxo de caixa e melhora a previsão de fluxo de caixa futuro, por exemplo, Krishnan e Largay III, 2000; Cheng e Hollie, 2008; Orpurt e Zang, 2009; Arthur, Cheng e Czernkowski, 2010; Farshadfar e Monen, 2013a. Broome (2004) cita que o método direto fornece uma imagem mais clara e mais facilmente compreendida dos fluxos de caixa operacionais, e que o custo adicional para a sua preparação é um pequeno preço a pagar por relatórios mais transparentes.

Os conselheiros do IASB e do FASB destacam no item BC172 do draft (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 2010) algumas vantagens para a apresentação da DFC pelo método direto: (i) é mais intuitivo e compreensível; (ii) aprimora a capacidade de prever fluxos de caixa futuros; (iii) melhora a visão sobre o ciclo de conversão de caixa de uma entidade e a relação entre receitas e despesas apresentadas na demonstração de resultado e fluxo de caixa; (iv) quando acompanhado por uma reconciliação do fluxo de caixa operacional para o lucro operacional, liga a demonstração da posição financeira e a DFC; (v) fornece informações que, conforme a pesquisa acadêmica tem mostrado, beneficiam a tomada de decisão e resultam em informação que é superior a quaisquer derivações às quais até mesmo o analista mais qualificado chegaria; e (vi) fornece a capacidade de desenvolver tendências e comparações que a apresentação pelo método indireto não permite.

No entanto, ainda no draft, item BC173, é citado que os preparadores entrevistados, em geral, se opuseram à proposta, pois entendem que os benefícios não compensam os custos para elaborar a DFC pelo método direto (FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 2010).

Mahoney, Sever e Theis (1988) apontam três razões que explicam a preferência dos preparadores pela utilização do método indireto: (i) fornece uma boa ligação entre a DFC, a demonstração de resultados e o balanço patrimonial; (ii) os usuários das demonstrações financeiras estão mais familiarizados com o método indireto; (iii) a elaboração é menos onerosa.

Goyal (2004) sugere que as empresas podem preferir o método indireto se informações comerciais 'sensíveis' forem divulgadas pelo método direto. Este é um ponto importante e, certamente, é levado em consideração quando da tomada de decisão sobre qual método empregar na apresentação da DFC. As empresas não estão dispostas a evidenciar sigilos empresariais, que podem ser úteis aos concorrentes, como informações detalhadas de seus custos.

Stuart (2008) destaca pesquisa realizada pela revista CFO com 224 executivos financeiros seniores. Uma das questões foi se os executivos consideravam viável a elaboração da DFC pelo método direto. A maioria, 38,7%, respondeu que é possível, mas com muitos ajustes; 27,6% disseram que é viável com poucos ajustes; 18,4% entendem que seria fácil a implantação; 11,1% atestam não terem certeza; e 4,1% entendem que não é viável, ou praticamente impossível.

Embora esse tema venha sendo discutido há bastante tempo em âmbito internacional, especialmente nos Estados Unidos e Austrália, em nível nacional ainda é incipiente. Salotti e Yamamoto (2007) analisaram a opinião de professores, analistas de mercado e contabilistas com o objetivo de identificar se um dos métodos de apresentação da DFC é preferido pelos citados atores. Os resultados indicaram que não há uma preferência específica para apenas um dos métodos de divulgação da DFC, denotando que a escolha pode ser flexível, conforme o FASB e o IASB fixaram anteriormente.

Por sua vez, o estudo de Scherer et al. (2012) teve como objetivo verificar o tratamento dado aos juros e dividendos pagos e recebidos, à forma de apresentação (método direto ou indireto) e à igualdade ou não do valor de caixa e equivalentes de caixa na DFC e no balanço patrimonial, em uma amostra de 229 empresas listadas nas bolsas de São Paulo, Frankfurt, Londres e Milão. Tais autores constataram que a apresentação do fluxo de caixa operacional pelo método

indireto foi predominante em 98,7% das empresas pesquisadas e que nenhuma das empresas listadas na bolsa brasileira, integrantes da amostra, apresentou a DFC pelo método direto.

Com isso, entende-se que pesquisas futuras, principalmente no Brasil, são necessárias para testarem diferentes variáveis e realizar entrevistas com elaboradores e usuários das demonstrações contábeis, notadamente no que diz respeito à elaboração e apresentação da DFC.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi orientado por uma abordagem qualitativa, com base na documentação bibliográfica, usando a literatura como fonte de observação e análise. Metodologia semelhante foi utilizada por Sabão (2012), que realizou um estudo empírico sobre os pontos de vista dos dois formatos de apresentação da DFC.

A fim de identificar a literatura relevante para efeitos deste estudo, foi utilizada a base de dados Web of Science. A pesquisa foi feita com os seguintes termos: Direct Cash Flow; Indirect Cash Flow; e Cash Flow Statement, no título, resumo e palavras-chave. A pesquisa resultou 65 artigos, sendo que, após a leitura do resumo e das conclusões, foram selecionados 30 artigos de 22 periódicos, entre 1988 e 2014, diretamente relacionados ao objetivo do presente estudo e, portanto, analisados.

Na Tabela 1 é demonstrada a relação dos periódicos e o ano de publicação dos artigos selecionados. Foram ao todo 22 periódicos da área de Contabilidade e Finanças, sendo que Accounting Horizons, Australian Accounting Review e Journal of Business Finance & Accounting publicaram três artigos cada sobre o tema em estudo.

Tabela 1 – Periódicos, quantidade de artigos e ano de publicação

| Periódico | Quantidade de artigos | Ano |
|--|-----------------------|------|
| Abacus Accounting and Business Research | 1 | 1998 |
| | 1 | 2013 |
| Accounting and Finance | 1 | 1995 |
| Accounting Horizons | 1 | 2010 |
| | 1 | 2013 |
| Australasian Accounting Business & Finance Journal | 1 | 1989 |
| | 1 | 1996 |
| Australian Accounting Review | 1 | 2013 |
| | 1 | 2010 |
| British Accounting Review | 1 | 1998 |
| | 1 | 2011 |
| Financial Analysts Journal | 1 | 2012 |
| | 1 | 1997 |
| International Journal of Finance and Accounting | 1 | 2004 |
| Journal of Accountancy | 1 | 2014 |
| Journal of Accounting and Public Policy | 1 | 1988 |
| Journal of Business Finance & Accounting | 1 | 1990 |
| | 1 | 2000 |
| Journal of Business Studies | 1 | 2002 |
| | 1 | 2005 |
| Review of Accounting Studies | 1 | 2008 |
| Review of Quantitative Finance and Accounting | 1 | 2002 |
| Strategic Finance | 1 | 2008 |
| Studies in Business and Economics | 1 | 2002 |
| The Accounting Review | 1 | 2012 |
| The European Accounting Review | 1 | 2009 |
| The International Journal of Accounting | 1 | 2001 |
| The Journal of Applied Business Research | 1 | 2013 |
| The Journal of Applied Management | 1 | 2009 |
| Accounting Research | 1 | 2004 |
| Total | 30 | |

Fonte: Elaboração própria

A leitura dos artigos permitiu a categorização de acordo com o tipo de estudo realizado e conforme suas conclusões, de modo que se possa avaliar se há evidências de que o método direto é o mais útil para apresentação da DFC. Os resultados são expostos e analisados na próxima seção.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme mencionado, foram selecionados 30 artigos entre os anos de 1988 e 2014. Nove artigos (30% da amostra) foram publicados entre 2010 e 2014, ou seja, após a emissão do draft que discute a alteração da norma sobre apresentação das demonstrações contábeis, mas vale ressaltar que esse documento vem sendo discutido desde 2008.

Após a leitura dos artigos, estes foram classificados em dois grupos, de acordo com o tipo de estudo realizado: teórico ou empírico. As conclusões também foram categorizadas em: favoráveis à apresentação da DFC pelo método direto; contrárias à apresentação da DFC pelo método direto; e neutras. Os resultados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Categorização dos estudos da amostra da pesquisa

| Estudos | Favoráveis | Contrários | Neutros | Total |
|-----------|------------|------------|---------|-------|
| Teóricos | 6 | 1 | 2 | 9 |
| Empíricos | 19 | 0 | 2 | 21 |
| Total | 25 | 1 | 4 | 30 |

Fonte: Elaboração própria

Analisando a Tabela 2 é possível verificar que, dos 30 artigos selecionados, 25 (83%) foram favoráveis à apresentação da DFC pelo método direto, sendo a maioria (19), estudos empíricos e seis teóricos. Apenas um estudo teórico foi contra e quatro foram neutros nas conclusões, ou seja, não optaram por um dos métodos, o que pode ser explicado pelo fato de não ser foco desses artigos definir o método mais útil (apesar de analisarem os dois métodos), mas sim discutir sobre a importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa, independentemente do método empregado na apresentação.

Esses resultados corroboram o estudo realizado por Sabão (2012), no qual foram analisados 10 artigos, sendo que 80% da amostra foram favoráveis à adoção do método direto para apresentação da DFC.

4.1 Estudos Teóricos

Como demonstrado na Tabela 2, foram nove artigos teóricos analisados, sendo seis a favor do método direto, um contra e dois com a opinião neutra.

Os seis artigos teóricos que defendem a apresentação da DFC pelo método direto são: Monsen (2001); Miller e Bahnson (2002); Broome (2004); Bradbury (2011); Taran-Morosan (2012); Hales e Orpurt (2013).

Miller e Bahnson (2002) consideram que o método direto é superior ao indireto porque gera informações mais úteis para o mercado de capitais, possibilitando um menor custo de capital e aumento no preço das ações.

Broome (2004) defende a apresentação da DFC pelo método direto, pois otimiza a informação disponível aos investidores e credores e pode restaurar a confiança no sistema de informação financeira.

Bradbury (2011) avaliou qual dos dois métodos proporciona maior qualidade à Demonstração dos Fluxos de Caixa. Esse autor realizou três questionamentos: (i) se a informação adicional gerada pelo método direto pode ser estimada pelos analistas; (ii) se o método direto fornece informações mais úteis em comparação ao método indireto; e (iii) se o método direto traz custos adicionais para a preparação da DFC. Concluiu que os analistas não conseguem estimar a informação adicional gerada pela DFC apresentada pelo método indireto devido à falta de detalhes na demonstração de resultados, dificultando o cálculo dos ajustes necessários; que o método direto aumenta a qualidade da demonstração, pois não é possível, pelo método indireto, estimar com confiabilidade e segurança os recebimentos de clientes e pagamentos de fornecedores; e, por último, que não há evidências sobre um custo maior na preparação em relação ao método direto.

Taran-Morosan (2012) também compartilha da ideia de que o método direto potencializa a previsão de fluxos de caixa futuros em relação ao método indireto. Mesma visão de Monsen (2001).

E por fim, Hales e Orpurt (2013) analisaram vários artigos que pesquisaram sobre o tema, com objetivo de responder a algumas questões, como: se a DFC pelo método direto produz informações incrementais; se os usuários utilizam essas informações quando divulgadas; se o formato é mais compreensível; se os benefícios superam os custos de preparação. Tais autores encontraram evidências de que o método direto é economicamente significativo, pois os dados gerados são mais consistentes e úteis em relação às informações estimadas com a utilização de outras demonstrações financeiras, inclusive a DFC pelo método direto.

Apenas um artigo teórico foi a favor do método indireto, afirmando que essa apresentação é mais interessante para as empresas com reconciliações complexas, como aquisições, operações descontinuadas ou itens extraordinários (MAHONEY; SEVER; THEIS, 1988).

Há, também, dois estudos teóricos com opinião neutra. Nurnberg e Largay III (1998), apesar de discutirem sobre as diferenças entre os dois métodos, tiveram como foco principal a DFC como um todo, sugerindo melhorias em alguns itens

do demonstrativo, como o tratamento do pagamento de juros. Já o mais recente artigo, o de Abu-Abbas (2014), defende, após apresentar as vantagens dos dois métodos, que, para maximizar os benefícios, é necessária a publicação da DFC utilizando ambos os métodos.

Em suma, há várias evidências nesses estudos teóricos acerca da superioridade do poder informativo da DFC pelo método direto. Alguns pontos podem ser destacados: (i) menor custo de capital e maiores preços das ações; (ii) melhor previsão de fluxos de caixa futuros; (iii) otimização do trabalho dos analistas; e (iv) informações mais precisas com significância econômica em relação às informações estimadas.

4.2 Estudos Empíricos

Como exposto na Tabela 2, os estudos empíricos são a maioria, 21 no total, sendo que 19 são favoráveis ao emprego do método direto para a apresentação da DFC.

Klammer e Reed (1990) realizaram um experimento com analistas financeiros. Os resultados evidenciaram que houve menor variabilidade na concessão de empréstimo quando apresentada a DFC pelo método direto, ou seja, as informações geradas a partir da utilização desse método contribuem para a aprovação de novos financiamentos.

Jones, Romano e Smyrniotis (1995) investigaram 210 empresas australianas listadas na bolsa de valores. Os respondentes da pesquisa foram os preparadores das demonstrações e não os usuários da informação contábil. Os resultados indicaram que o fluxo de caixa é importante para uma variedade de decisões internas e externas e para um grande número de usuários. É importante ressaltar que esse resultado é baseado em percepções gerenciais e pontos de vista internos, devido ao grupo entrevistado.

Jones e Ratnatunga (1997) ampliaram a pesquisa de Jones, Romano e Smyrniotis (1995). Eles testaram a utilidade do fluxo de caixa no contexto de três variáveis específicas: tamanho da empresa; demonstrações financeiras com foco nos usuários; e adoção voluntária da DFC antes da obrigatoriedade de apresentação. Os resultados reforçam a crescente relevância da DFC pelo método direto na Austrália, devido a algumas variáveis estarem altamente correlacionadas, como: avaliação de desempenho, liquidez e solvência; os diferentes usuários do demonstrativo; a utilidade da DFC no que se refere à demonstração de resultados, bem como o fluxo de caixa operacional como medida de desempenho em relação ao lucro operacional.

Jones e Widjaja (1998) também analisaram a DFC na Austrália, com 159 respondentes de um questionário com 115 questões. Entre eles, 83 eram tomadores de empréstimos e 76 analistas financeiros, sendo as questões sobre as características dos respondentes, das empresas e sobre a DFC. Especificamente quanto ao método direto, 70% responderam que preferem a sua utilização. Menos de 5% escolheram o método indireto e os demais (25%) não têm preferência por um método ou outro. Esses autores destacaram que a DFC é relevante para a tomada de decisão quando analisada em conjunto com o balanço patrimonial e a demonstração de resultados.

Krishnan e Largay III (2000) analisaram as demonstrações contábeis de 405 firmas de 35 segmentos da indústria, de 1988 a 1993. Apesar de 97% das empresas da amostra elaborarem a DFC pelo método indireto, os resultados sugerem que o método direto tem maior valor preditivo em relação ao método indireto. Os montantes de recebimentos e pagamentos são relevantes para prever situações futuras e, com a DFC apresentada pelo método direto, ocorre maior precisão na previsão. Essa pesquisa é importante porque demonstra que um grande número de usuários não tem acesso a informações aparentemente desejáveis, pois não estão disponíveis nas demonstrações financeiras publicadas, configurando uma assimetria de informação que pode prejudicar os investidores que estão distantes da administração da empresa.

Clinch, Sidhu e Sin (2002) encontraram evidências de poder explicativo, com significância, na DFC pelo método direto e destacaram que os valores estimados da DFC com base em outras demonstrações financeiras apresentam grandes diferenças com os dados divulgados. Além disso, encontraram evidências de que os números apresentados na DFC pelo método direto conseguem explicar melhor o retorno das empresas.

Várias pesquisas com usuários internos e externos da informação contábil suportaram a preferência do método direto. Goyal (2004) realizou uma pesquisa (*survey*) com 47 usuários das informações contábeis como gestores, acionistas, fornecedores, clientes e empregados. Em geral, esse grupo de usuários entende que o método direto é superior ao indireto, pois satisfaz as necessidades para a tomada de decisão, sendo relevante e confiável. Resultado semelhante foi encontrado por Ali et al. (2008), que também realizaram uma *survey* com 36 usuários das informações contábeis, bem como Jones, Sharma e Mock (1998).

Orpurt e Zang (2009) examinaram 119 empresas norte-americanas no período de 1989 a 2002. Concluíram que o método direto é valioso para os investidores na projeção de fluxos de caixa e lucros futuros, assim como encontrado por Cheng e Hollie (2008). Também salientam que as melhorias na Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método direto são economicamente viáveis e que as estimativas realizadas dos componentes do método direto com base nos dados divulgados na demonstração de resultados e na DFC pelo método indireto são deficitárias. A dificuldade de estimar, por exemplo, os recebimentos e pagamentos com base nas demais demonstrações contábeis, como balanço patrimonial, demonstração de resultados, DFC método indireto, prejudica os analistas, pois estes podem cometer erros quando do cálculo, devido ao não acesso a determinados elementos. Isso significa que essas informações passam a ser privilegiadas para um grupo e não para todos os usuários das informações contábeis.

Ward, Woodroof e Foster (2009) encontraram evidências de que as empresas que apresentam a DFC pelo método direto permitem melhor articulação entre as diversas demonstrações financeiras, em comparação às que publicam pelo

método indireto. Os achados desses autores revelaram que as firmas que utilizam o método indireto aumentaram as diferenças entre o fluxo de caixa operacional líquido projetado e o reportado; e nas que elaboram a DFC pelo método direto ocorreu o contrário, ou seja, essas diferenças diminuiram a cada período.

Arthur, Cheng e Czernkowski (2010) analisaram as empresas australianas listadas na bolsa de valores de 1992 a 2005. Chegaram aos mesmos resultados encontrados por Krishnan e Largay III (2000) e Orpurt e Zang (2009), ou seja, a superioridade da DFC pelo método direto.

Hughes, Hoy e Andrew (2010) analisaram as empresas australianas que divulgaram a DFC e concluíram que as entidades devem relatar a DFC por ambos os métodos, mesma conclusão do estudo teórico de Abu-Abbas (2014), pois os benefícios são maximizados com a divulgação dos dois métodos ao mesmo tempo. A norma exige a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais quando utilizado o método direto, nos moldes do que deve fazer a entidade que usa o método indireto em relação aos ajustes ao lucro líquido ou prejuízo para apurar o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Devido a isso, a divulgação por ambos os métodos não acarretaria maiores custos.

Bond, Bugeja e Czernkowski (2012), conforme comentado anteriormente, mostraram que apenas nove empresas passaram a adotar a DFC pelo método indireto entre os anos de 2007 e 2009 na Austrália, e que as empresas que preparam a DFC pelo método indireto possuem alavancagem, liquidez e desempenho similares, ou seja, a escolha do método está positivamente relacionada com o tamanho das firmas.

Dois estudos realizados por Farshadfar e Monem apresentaram evidências sobre o método direto fornecer informações incrementais úteis, junto com os accruals, e aumentar a capacidade preditiva dos lucros. Farshadfar e Monem (2013a) e Farshadfar e Monem (2013b) utilizaram, essencialmente, a mesma amostra australiana de 348 empresas listadas na bolsa de valores.

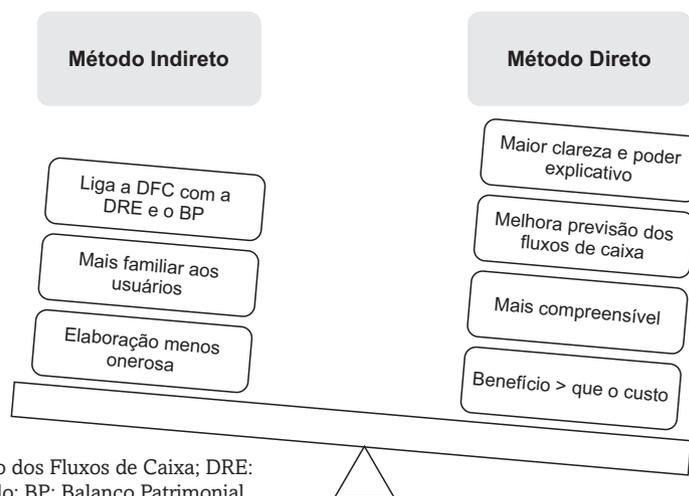
Clacher, Ricquebourg e Hodgson (2013) examinaram se houve alteração na *value relevance* da DFC pelo método direto sobre as IFRS em relação aos princípios australianos geralmente aceitos em 459 firmas não financeiras de 2000 a 2010. Concluíram que, mesmo após a adoção das IFRS, o método direto continua a prestar informações incrementais em transações mais complexas.

E, finalmente, os dois artigos empíricos que foram neutros são o de Billings e Morton (2002) e o de Frino e Jones (2005). Billings e Morton (2002) defendem a utilização da DFC, independentemente do método empregado na apresentação do fluxo de caixa operacional. Esses autores encontraram evidências de que o demonstrativo traz benefícios adicionais para aquelas empresas com maior proporção de dívidas de longo prazo, empresas de baixa tecnologia e de setores não regulamentados. Frino e Jones (2005) analisaram como o mercado reage às informações geradas pelo método direto. Eles não discutiram qual prática é superior. Apesar de analisar o método indireto, os autores são neutros quanto ao procedimento a ser utilizado.

4.3 Análise Comparativa

De maneira resumida, na Figura 1 são ilustradas as vantagens de cada um dos métodos de apresentação da DFC, conforme os estudos analisados, o que denota que o método direto é mais útil.

Figura 1 – Comparação entre os métodos direto e indireto, conforme a literatura.



Fonte: Elaboração própria

Notas: DFC: Demonstração dos Fluxos de Caixa; DRE: Demonstração do Resultado; BP: Balanço Patrimonial.

Com base nos estudos abordados, verifica-se que análises empíricas demonstram a superioridade da apresentação da DFC pelo método direto em relação ao método indireto. Observa-se, inclusive, que nenhum desses estudos esclarece os motivos da não adoção do método direto pela maioria das empresas analisadas, exceto, como já citado, as empresas australianas. Nesse sentido, pesquisas futuras podem investigar tal fato.

Contudo, não se pode deixar de mencionar que a elaboração da DFC pelo método indireto permite entender sobre

as políticas de recebimento e de pagamento da empresa e, de certa forma, até de estocagem. Por meio desse método, é possível compreender a diferença entre regime de competência e regime de caixa, porque muitas empresas possuem lucro e não caixa, ou ainda, porque há caixa e apresentam prejuízo. Esses e outros aspectos, tais como a percepção de que a elaboração da DFC pelo método indireto é menos onerosa para as empresas e de mais fácil entendimento para os usuários, podem representar incentivos para sua apresentação maciça no cenário brasileiro, assim como em outros países.

Portanto, as duas demonstrações possuem informações úteis e podem ser utilizadas como complementares, pelo menos para fins gerenciais, se for inviável pelo custo-benefício a divulgação aos usuários das informações contábeis para uso geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura contábil internacional, do período de 1988 a 2014, sobre a apresentação da DFC pelo método direto ou indireto fornece evidências de que o método direto é o mais útil para a apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Esse resultado vai ao encontro dos estudos realizados por Sabão (2012) e Hales e Orpurt (2013).

Percebe-se que, apesar das evidências encontradas e de os órgãos normatizadores (IASB e FASB) incentivarem a utilização do método direto, não é frequente a apresentação da DFC por este procedimento (MAHONEY; SEVER; THEIS, 1988; GOYAL, 2004; SCHERER et al., 2012). Os preparadores, como demonstrado nos estudos pesquisados, reconhecem a utilidade do método direto, mas na prática adotam o método indireto. Há evidências de que os custos adicionais para elaborar a DFC pelo método direto não superam os benefícios (BROOME, 2004; BRADBURY, 2011; HALES; ORPURT, 2013), porém a maioria das empresas apresenta a DFC pelo método indireto.

Nas últimas duas décadas, a DFC vem sendo discutida pela comunidade acadêmica, com constatações da relevância do seu poder informativo quando apresentada pelo método direto. Os órgãos normatizadores estão em busca de otimizar as informações contábeis e foram demonstrados vários indícios de que a elaboração e a apresentação da DFC pelo método direto aumentam a qualidade das demonstrações contábeis e podem diminuir a assimetria informacional.

Diante das evidências encontradas, entende-se que a flexibilização do método de apresentação da DFC deva ser amplamente debatida, pois pode ser recomendável que os órgãos normatizadores alterem a norma, de modo a prevalecer, apenas, a apresentação pelo método direto, o que pode aumentar a qualidade das informações contábeis divulgadas.

Observa-se que no Brasil a literatura acerca da importância da DFC e dos métodos empregados para sua elaboração e apresentação é escassa e incipiente. Nesse sentido, este estudo contribui para estimular as pesquisas na temática, retomando e reforçando o debate a respeito do mérito da apresentação da DFC pelo método direto. Em termos de práticas contábeis, o estudo contribui ao discutir as vantagens e desvantagens dos dois métodos de apresentação da DFC, mostrando, inclusive, a necessidade de reflexão sobre flexibilidade normativa atualmente existente, dados os últimos encaminhamentos do IASB e do FASB, que preferem e recomendam o emprego do método direto.

Este artigo não teve a pretensão de esgotar o tema, e sim fomentar a discussão sobre essa importante demonstração contábil, sua divulgação e compreensão. Mais discussões são necessárias na academia e nos órgãos normatizadores, com a participação dos profissionais contábeis e usuários das informações.

Pesquisas futuras podem ser realizadas no sentido de buscar os motivos da escolha do método indireto para a elaboração e apresentação da DFC, tanto no Brasil quanto em outros países, o que, certamente, poderá embasar, com maior clareza, uma possível mudança normativa.

REFERÊNCIAS

ABU-ABBAS, B. M. Direct, Indirect, or both Methods of Reporting Operating Statement of Cash Flows. *International Journal of Finance and Accounting*, v. 3, n. 6, pp. 335-340, 2014.

ALI, M. M.; AKTER, M.; HOQUE, M.; KHAN, H. Z. An Empirical Evidence on the Popularity of Cash Flow Methods in Bangladesh. *Journal of Business Studies*, v. 29, n. 2, pp. 55-76, 2008.

ALVES, L. C. O.; MARQUES, J. A. V. C. A Demonstração dos Fluxos de Caixa como ferramenta de análise financeira. *Pensar Contábil*, v. 8, n. 32, pp. 1-12, 2006.

AMARAL, H. F.; SANTIAGO, W. P. Demonstração dos fluxos de caixa: uma contribuição para a evidenciação contábil. *Revista Produção*, v. 13, n. 2, pp. 102-113, 2003.

ARTHUR, N.; CHENG, M.; CZERNKOWSKI, R. Cash flow disaggregation and the prediction of future earning. *Accounting and Finance*, v. 50, n. 1, pp. 1-30, 2010.

BILLINGS, B. K.; MORTON, R. M. The relation between SFAS n° 95 Cash Flows from Operations and Credit Risk. *Journal of Business Finance & Accounting*, v. 29, n. 55, pp. 787-805, 2002.

BOND, D.; BUGEJA, M.; CZERNKOWSKI, R. Did Australian Firms choose to switch to Reporting Operating Cash Flows using the Indirect Method? *Australian Accounting Review*, v. 22, n. 1, pp. 18-24, 2012.

BORGES, M. S. D.; NUNES, S. C. D.; ALVES, M. T. V. D. A Demonstração dos Fluxos de Caixa e sua contribuição para uma tomada de decisão mais informada. *Revista Universo Contábil*, v. 8, n. 1, pp. 141-158, 2012.

BRADBURY, M. Direct or Indirect Cash Flow Statements? *Australian Accounting Review*, v. 57, n. 21, pp. 124-130, 2011.

BROOME, W. O. Statement of Cash Flows: Time for Changes! *Financial Analysts Journal*, v. 60, n. 2, pp. 16-22, 2004.

CHENG, C. S. A.; HOLLIE, D. Do core and non-core cash flows from operations persist differently in predicting future cash flows? *Review of Quantitative Finance and Accounting*, v. 31, pp. 29-53, 2008.

CLACHER, I.; RICQUEBOURG, A. D.; HODGSON, A. The Value Relevance of Direct Cash Flows under International Financial Reporting Standards. *Abacus*, v. 49, n. 3, pp. 367-395, 2013.

CLINCH, G.; SIDHU, B.; SIN, S. The Usefulness of Direct and Indirect Cash Flow Disclosures. *Review of Accounting Studies*, v. 7, pp. 383-404, 2002.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

_____. *Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

FARSHADFAR, S.; MONEM, R. Further evidence on the usefulness of Direct Method Cash Flow Components for forecasting future cash flows. *The International Journal of Accounting*, v. 48, pp. 111-133, 2013a.

FARSHADFAR, S.; MONEM, R. The usefulness of operating cash flow and accrual components in improving the predictive ability of earnings: a re-examination and extension. *Accounting and Finance*, v. 53, pp. 1061-1082, 2013b.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). *Staff Draft of an Exposure Draft on Financial Statement Presentation*. Norwalk, CT, 2010. Disponível em: <http://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1176156966501&acceptedDisclaimer=true>. Acesso em: 2 fev. 2015.

FRINO, A.; JONES, S. The Impact of Mandated Cash Flow Disclosure on Bid-Ask Spreads. *Journal of Business Finance & Accounting*, v. 32, pp. 1373-1396, 2005.

GOYAL, M. K. A Survey on Popularity of the Direct Method of Cash Flow Reporting. *The Journal of Applied Management Accounting Research*, v. 2, n. 2, pp. 41-52, 2004.

HALES, J.; ORPURT, S. F. A Review of Academic Research on the Reporting of Cash Flows from Operations. *Accounting Horizons*, v. 3, pp. 539-578, 2013.

HUGHES, M.; HOY, S.; ANDREW, B. Cash flows: The Gap Between Reported and Estimated Operating Cash Flow Elements. *Australasian Accounting Business & Finance Journal*, v. 4, n. 1, pp. 96-114, 2010.

JONES, S.; WIDJAJA, L. The Decision Relevance of Cash-Flow Information: A Note. *Abacus*, v. 34, n. 2, pp. 204-219, 1998.

JONES, S.; RATNATUNGA, J. The Decision Usefulness of Cash-Flow Statements by Australian Reporting Entities: some further evidence. *The British Accounting Review*, v. 29, pp. 67-85, 1997.

JONES, S.; ROMANO, C. A.; SMYRNIOS, K. X. An Evaluation of the Decision Usefulness of Cash Flow Statements by Australian Reporting Entities. *Accounting and Business Research*, v. 25, n. 98, pp. 115-129, 1995.

JONES, S.; SHARMA, R.; MOCK, K. Managerial Evaluations of the Relevance of Cash vs Accrual-Based Financial Reports in the Australian Food Industry. *Australian Accounting Review*, v. 8, n. 2, pp. 51-58, 1998.

KLAMMER, T. P.; REED, S. A. Operating Cash Flow Formats: Does format influence decisions? *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 9, pp. 217-235, 1990.

KRISHNAN, G. V.; LARGAY III, J. A. The Predictive Ability of Direct Method Cash Flow Information. *Journal of*

Business Finance & Accounting, v. 27, n. 1 & 2, pp. 215-245, 2000.

LAMAS, F. R.; GREGÓRIO, A. A. Demonstração dos Fluxos de Caixa e Contabilidade Criativa. *Revista Universo Contábil*, v. 5, n. 3, pp. 99-115, 2009.

LUSTOSA, P. B. Doar: uma morte anunciada. *Caderno de Estudos*, v. 9, n. 16, pp. 1-18, 1997.

MACEDO, M. D.; MACHADO, M. A. V.; MURCIA, F. D. R.; MACHADO M. R. Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value-relevance. *Revista de Contabilidade & Finanças*, v. 22, n. 57, pp. 299-318, 2011.

MAHONEY, J. J.; SEVER, M. V.; THEIS, J. A. Cash Flow: Fasb opens the Floodgates. *Journal of Accountancy*, v. 165, n. 5, pp. 26-38, 1988.

MILLER, P. B. W.; BAHNSON, P. R. Fast Track to Direct Cash Flow Reporting. *Strategic Finance*, v. 83, n. 8, pp. 51-57, 2002.

MONSEN, N. Cameral accounting and cash flow reporting: some implications for use of the direct or indirect method. *The European Accounting Review*, v. 10, n. 4, pp. 705-724, 2001.

NURNBERG, H.; LARGAY III, J. A. Interest Payments in the Cash Flow Statement. *Accounting Horizons*, v. 12, n. 4, pp. 407-418, 1998.

ORPURT, S. F.; ZANG, Y. Do Direct Cash Flow Disclosures Help Predict Future Operating Cash Flows and Earnings? *The Accounting Review*, v. 84, n. 3, pp. 893-935, 2009.

ROZA, M. C.; QUINTANA, A. C. Demonstração dos Fluxos de Caixa – uma análise de artigos científicos publicados em periódicos nacionais. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 11, n. 32, pp. 57-72, 2012.

SABÁU, L. I. Empirical Study Concerning the Views on the Format of Cash Flow Statements. *Economics Science Series*, v. 18/2, pp. 293-300, 2012.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. A Estimativa do Fluxo de Caixa das Operações Representa o Real Fluxo de Caixa das Operações? *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 15, n. 35, pp. 7-21, 2004.

_____. Os métodos de divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa no Brasil. *Revista Universo Contábil*, v. 3, n. 3, pp. 25-37, 2007.

_____. Divulgação voluntária da Demonstração dos Fluxos de Caixa no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 19, n. 48, pp. 37-49, 2008.

SANTOS, L. G.; SANTOS, C. R. M.; QUINTANA, A. C. Uma análise comparativa dos indicadores financeiros da Petrobras por meio da avaliação da Demonstração dos Fluxos de Caixa do período de 2005 a 2007. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 8, n. 22, pp. 43-58, 2009.

SCHERER, L. M.; TEODORO, J. D.; KOS, S. R.; ANJOS, R. P. Demonstração dos Fluxos de Caixa: análise de diferenças de procedimentos de divulgação entre empresas listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Frankfurt, Milão e Londres. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, v. 4, n. 2, pp. 37-51, 2012.

SILVA, C. T.; SANTOS, J. O.; OGAWA, J. S. Fluxo de Caixa e Doar. *Caderno de Estudos*, n. 9, pp. 1-26, 1993.

SIQUEIRA, J. M. Cronologia de uma Demonstração Contábil: Gênese, Maturidade e Ocaso da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 5, n. 1, pp. 96-112, 2010.

STUART, A. A new vision for accounting. *CFO*, v. 24, n. 2, pp. 49-53, 2008.

TARAN-MOROSAN, A. A Critical Study Concerning the Preparation of the Statement of Cash Flows through the Indirect Method in Romania. *Studies in Business and Economics*, v. 7, n. 2, pp. 197-210, 2012.

WARD, T. J.; WOODROOF, J.; FOSTER, B. P. A Research Note on the Issue of Non-Articulation and the Method used to Calculate Net Operating Cash Flow. *The Journal of Applied Business Research*, v. 25, n. 1, pp. 57-68, 2009.